

HABEAS CORPUS Nº 501.267 - SP (2019/0088740-8)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI
ADVOGADO : GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI - SP253642
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALISSON DOS SANTOS LIMA

DECISÃO

Trata-se de *HABEAS CORPUS* com pedido de liminar no qual se pretende, em síntese, a concessão da ordem, de forma imediata, para a revogação de prisão cautelar decretada em desfavor de ALISSON DOS SANTOS LIMA.

De acordo com as informações colhidas na origem, verifica-se que, em **15/5/2019**, sobreveio a prolação de sentença condenando o ora paciente, nos autos da Ação Penal n. 1500251-47.2019.8.26.0302, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, às penas de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, vedando-lhe o apelo em liberdade.

Na hipótese, está prejudicado o presente recurso voltado a abordar a legalidade da prisão provisória aplicada ao paciente, visto que o Juízo sentenciante agregou nova fundamentação ao decreto originário da preventiva para justificar o indeferimento do seu direito de apelar em liberdade, tratando-se a sentença de decisão diversa da questionada na presente impetração, sendo, portanto, título inédito, cuja legalidade ainda não foi examinada pelo Tribunal originário.

Nesse panorama, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Tribunal, **julga-se prejudicado** o *mandamus*, diante da superveniente perda de seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator